



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

ISSN 1645-9369

NIGP

Núcleo de Investigação em
Geografia e Planeamento

GEO-Working Papers

“Técnicas de Investigação em Geografia Humana”

Paula Cristina Almeida Remoaldo

SÉRIE EDUCAÇÃO 2008/16

NIGP – Universidade do Minho. Campus de Azurém – 4800-058 Guimarães

Tel.: 351-253 510 560 — Fax: 351-253 510 569

geowp@geografia.uminho.pt

<http://www.geografia.uminho.pt/wp.htm>

“Técnicas de Investigação em Geografia Humana”

Paula Cristina Almeida Remoaldo

SÉRIE EDUCAÇÃO 2008/16



Núcleo de Investigação em
Geografia e Planeamento

Geo-Working Papers do NIGP

Série Educação

2008/16

“Técnicas de Investigação em Geografia Humana”

Paula Cristina Almeida Remoaldo

Paula Cristina Almeida Remoaldo é Professora Associada no Departamento de Geografia da Universidade do Minho e membro efectivo do Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento (N.I.G.P.) da Universidade do Minho. É Doutorada em Geografia (especialização em Geografia Humana) e desenvolve actualmente investigação no âmbito de temáticas relacionadas com a Geografia da Saúde e da População, nomeadamente sobre fecundidade, saúde materno-infantil, mortalidade infantil, infertilidade, acessibilidades, entre outras.



Núcleo de Investigação em
Geografia e Planeamento

Ficha Técnica

Título: **Geo-Working papers**

Propriedade e Edição: Núcleo de Investigação em
Geografia e Planeamento

Editor: António Vieira

ISSN: 1645-9369

Número de exemplares impressos: 40

Publicação on-line:

www.geografia.uminho.pt/

Os “**Geo-Working papers**”, editados pelo Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento, são uma publicação científica periódica esporádica com duas séries: Série Investigação e Série Educação. A primeira Série está vocacionada para publicações científicas dos investigadores do NIGP e dos professores visitantes do Departamento de Geografia da Universidade do Minho. A segunda Série destina-se a publicações com um carácter predominantemente pedagógico, orientadas para o apoio às actividades lectivas do Departamento de Geografia da Universidade do Minho. As opiniões e conceitos emitidos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Os “**Geo-Working papers**” têm uma edição limitada em papel, sendo publicados em edição electrónica, de acesso livre, no site do NIGP.

Técnicas de investigação em Geografia Humana

Paula Cristina Almeida Remoaldo¹

Resumo

O presente texto está direccionado para os alunos do 1º e 2º Ciclo de Geografia e visa o esclarecimento e a sistematização de algumas técnicas cada vez mais utilizadas na ciência geográfica. Mais do que desenvolver cada uma das técnicas de investigação pretendemos equacionar as bases para o sucesso da sua aplicação.

Optámos por incidir, neste documento, na abordagem da observação participante e não participante e nas várias modalidades dos inquéritos por questionário e por entrevista pretendendo orientar o aluno na investigação.

Palavras-chave: Geografia, Técnicas, Investigação, Observação, Inquéritos.

Abstract

This text is a document wrote for the students of the Degree of Geography and of Master in Geography that deals with some techniques used mainly in Human Geography. It is concerned with the meaning and structure of some of these techniques and the basis to use it in a successfully way.

We choose the study of the participant and no participant observation and the different kinds of inquiries being a guide to the research.

Key words: Geography, Techniques, Research, Observation, Inquiries.

¹ Professora Associada de Nomeação Definitiva do Departamento de Geografia da Universidade do Minho – Portugal. Departamento de Geografia, *Campus* de Azurém, 4800-058, Guimarães. Telefone: +351-253-510/563. Fax: +351-253-510569. E-mail: premoaldo@geografia.uminho.pt.

Introdução

O presente texto tem como objectivo principal apresentar algumas das técnicas de investigação usadas em ciências sociais e, cada vez mais, no seio da ciência geográfica. Até aos anos noventa do século XX o aluno das licenciaturas de Geografia das universidades portuguesas aplicava de forma um pouco *ad hoc* algumas das técnicas de investigação, sendo os inquéritos à população, um dos exemplos. Este facto derivava da ausência de formação científica para tal, por não existirem disciplinas que se dedicavam apenas a este tipo de questões.

Em Portugal, com a utilização crescente da abordagem quantitativa a partir dos anos setenta do século XX e, sobretudo, nos anos noventa do enfoque qualitativo, as universidades portuguesas necessitaram de se adaptar às mudanças paradigmáticas que foram ocorrendo. Não obstante, só muito recentemente se passou a dar alguma atenção à arquitectura de unidades curriculares que se debruçam exclusivamente sobre as questões das técnicas de investigação e esta preocupação surgiu mais tarde na Geografia do que noutras ciências, tais como, na Sociologia e na Antropologia.

Com este texto pretendemos ajudar o estudante de Geografia a construir os alicerces da investigação no seio desta ciência e equacionar os elementos que devem ser recordados sempre que necessitar de a desenvolver.

1 — Tipos de investigação

Em Geografia, podemos considerar várias formas de desenvolver investigação e até utilizá-las de forma concomitante, destacando-se, em termos gerais, as seguintes: a investigação bibliográfica, a empírica, a pura e a aplicada.

No que concerne à primeira, usa documentos escritos, que acumulam dados ou informações variadas acerca da realidade social ou com ela conexas, quer estejam em arquivos, bibliotecas ou disponíveis na imprensa e na internet. Deste modo, circunscreve-se à observação indirecta.

Nas ciências sociais esses documentos escritos são, geralmente, um subsídio para o trabalho preliminar, como estímulo para a descoberta dos temas, como informação dos conceitos já elaborados ou do conhecimento já adquirido e do qual se parte para um conhecimento mais original.

A investigação empírica procura os seus dados na observação directa ou próxima do(s) facto(s) alicerçando-se no trabalho de campo e sendo um dos elementos que pode conferir o cunho de originalidade ao trabalho que está a ser realizado. As ciências sociais preferem a investigação empírica baseada no trabalho de campo ou na observação directa dos factos, ainda que para realizar a mesma, seja sempre necessária fazer uma prévia investigação bibliográfica. Da investigação pura resultam em geral, as leis, as teorias, enquanto da aplicada permanecem materiais ou elementos que poderão concorrer para estudos posteriores. Estes dois últimos tipos andam normalmente interligados.

Ao fazermos uma pesquisa podemos orientar-nos para uma investigação mais descritiva, identificando os factos, classificando-os e caracterizando-os ou, então, podemos ir um pouco mais longe e enveredarmos por uma investigação que também se pretende que seja explicativa. Esta última estuda as relações entre os factos, a sua dependência e detecta os factores e as condições em que eles se produzem.

Os tipos de investigação a praticar dependem, entre outros aspectos, dos objectivos e preocupações do investigador, das situações reais com que se defronta e das propostas que surgem. Deste modo, é difícil a resposta à questão: Qual é a melhor técnica de investigação a utilizar? Isto acontece, porque para cada grupo de pessoas, para cada tipo de amostra, teremos diferentes técnicas que se adaptam melhor ou pior.

2 — As fases de uma investigação

Qualquer investigação passa, inevitavelmente, pelas seguintes fases:

- formulação da problemática e dos objectivos a atingir;
- definição das técnicas e fontes a utilizar e das respectivas hipóteses de trabalho;
- planeamento das operações;
- definição de conceitos e estado da arte;
- recolha dos dados;
- análise e interpretação dos dados;
- apresentação dos resultados.

2.1 — Formulação da problemática e dos objectivos a atingir

Se dispomos de liberdade para escolher a problemática que queremos investigar, então devemos colocar, em primeiro lugar, a seguinte questão: O que gostava de investigar? Que território gostava de contemplar? Que escala temporal quero considerar? De que fontes disponho? E estas são suficientes e credíveis? É possível realizar a investigação no espaço de tempo de que disponho? Que técnica(s) se adaptam melhor ao tipo de investigação que pretendo realizar?

Para os cientistas das ciências sociais a formulação da problemática é uma questão fulcral. A problemática corresponde à tentativa de resposta às questões: A que se quer chegar? Qual é a questão que está em jogo? O que se pretende esclarecer ou resolver? (Remoaldo, 2007).

Aconselhamos o aluno a realizar este exercício logo no início da sua investigação, no sentido de ter sempre presente a questão central do seu trabalho, à qual regressará e a qual recordará nos momentos em que sente uma maior dificuldade em definir o caminho a seguir.

Os objectivos a atingir devem ser realistas e exequíveis dentro do período de tempo de duração da investigação e devem ser iniciados com um verbo no infinitivo (*e.g.*, caracterizar, determinar, avaliar).

2.2 — Planeamento das operações

Depois de definirmos a problemática e configurados os objectivos e as hipóteses de trabalho (*vide* Remoaldo, 2007), é necessária a montagem de todas as etapas necessárias, para que se atinjam os objectivos delineados. Intervém, assim, o planeamento das operações, que responde à necessidade de como manter sob controlo as diferentes operações de pesquisa, afigurando-se como uma potente arma contra o insucesso.

No planeamento tem que se prever a diversidade de operações a realizar, os meios a usar para o efeito, as técnicas adoptadas e as pessoas a mobilizar como agentes das operações. Se a investigação pressupõe a realização de inquéritos, então deve-se prever um período de tempo suficiente para desenhar o questionário ou o guião da entrevista e para realizar o pré-teste. Devemos dispor de, pelo menos, um mês para concretizar estas duas tarefas, antes de iniciar a aplicação do inquérito. Vale a pena despende bastante tempo neste tipo de operações, para não sermos

confrontados com o sentimento de perda de tempo e de gasto de capital financeiro, quando constatamos que os resultados estão envoltos de numerosos viés. Se queremos pautar pela honestidade e humildade científica então teremos que nos convencer que obteremos melhores resultados se dedicarmos mais tempo ao desenho do questionário que queremos aplicar e ao próprio pré-teste.

Aconselhamos a elaboração de um cronograma, de forma a tornar mais claro todo o caminho a percorrer equacionando todas as operações necessárias e delimitadas no tempo.

2.3 — Recolha, análise, interpretação e apresentação dos dados

Estas etapas devem ter em conta o modo de agir, de observar e de anotar dos agentes da recolha (*e.g.*, entrevistadores). Depois de recolhermos os dados, impõe-se o seu tratamento ou a sua manipulação para se apurar o seu significado.

A análise é um conjunto de operações que ordena e dispõe os dados de modo a colher-lhes o significado. A apresentação dos resultados é a fase final da investigação correspondendo a um relatório. Dele constarão os meios usados, os procedimentos realizados e as dificuldades sentidas por parte do investigador.

3 — Algumas técnicas de investigação

A definição das técnicas a utilizar é uma das fases fundamentais de qualquer investigação. As várias técnicas de investigação correspondem às diversas formas ou modos de actuar pelos quais se pode captar a realidade social, fazer a recolha dos dados e o seu tratamento. Em termos gerais, podemos considerar cinco técnicas de investigação, cruciais quando se pretende desenvolver investigação, sobretudo, nos vários sub-ramos de Geografia Humana:

- 1-amostragem;
- 2-observação;
- 3-inquéritos;
- 4-experimentação.

3.1 — Amostragem

Anteriormente à recolha dos dados é crucial a definição do universo de estudo. Como não é necessária a abordagem de cada uma das unidades que o compõem recorre-se, para o efeito, à amostragem que, feita em determinadas condições, garante a probabilidade *de algumas* unidades do universo serem a expressão do todo a que pertencem (amostragem probabilística).

Existem vários tipos de amostras, salientando a amostra aleatória, probabilística ou randómica, a amostra estratificada e a amostra por quotas.

Se a amostra a recolher for igual ao universo, o erro de amostragem é nulo. Mas, normalmente, trabalha-se com alguma margem de erro, pois, em termos estatísticos não há vantagem em recolher dados sobre todo o universo e, além disso, na maior parte das situações também tal não seria exequível.

Os dois elementos que podem validar a representatividade de uma amostra são o volume da amostra e o seu conteúdo. Para que qualquer amostra seja representativa, em termos de volume, trabalha-se, habitualmente, com uma probabilidade de representatividade de 0.95, aceitando-se portanto, que haja cinco possibilidades em cem de não ser representativa. Podemos, assim, trabalhar com um erro-tipo (erro-standard) de 5%. Quanto maior é a amostra menor será o erro-tipo e quanto mais elevada for a taxa de resposta mais as estimativas são fiáveis.

De acordo com Ghiglione e Matalon (1992: 57) partindo de um intervalo de confiança de 95% numa amostra de 1412 pessoas inquiridas, o erro-tipo é de ± 0.026 , *i.e.*, um erro muito reduzido em termos estatísticos. Aconselha-se a consulta de tabelas nos inúmeros manuais que existem no mercado (*vd.* referências bibliográficas no fim deste documento).

No entanto, para que a amostra seja representativa além de o ter que ser em termos de volume também o deve ser em termos de conteúdo. Deste modo, é necessário termos um razoável conhecimento do universo, pelo menos no que concerne a algumas variáveis (*e.g.*, idade, sexo, local de residência, profissão), dependendo esta necessidade do tipo de estudo que estamos a realizar.

3.2 — Observação

A observação directa corresponde ao acto de apreender e anotar pela vista e pelo ouvido os factos, as características referentes a lugares, pessoas, habitações,

ambientes, condições de vida, *et cetera*. A Antropologia foi uma das ciências que iniciou a sua utilização complementando-a com outro tipo de análise empírica. Na abordagem qualitativa a observação directa constitui uma parte importante do trabalho de campo a realizar pelo investigador. A observação é uma técnica que por si só é pouco usada em Geografia, mas muito usada em concomitância com os inquéritos.

Podemos considerar dois tipos de observação: a participante e a não participante. A observação participante, na qual o interessado para observar o(s) facto(s), junta-se aos componentes da situação (*e.g.*, fábrica, grupo de jovens, escola). Um dos exemplos que podemos avançar refere-se a um caso real, veiculado nos *mass media*, de um investigador português que realizou uma dissertação de Doutoramento publicada em 2000 tendo trabalhado durante vários meses com os trabalhadores de uma fábrica de calçado. Este investigador tentou analisar o tipo de relações que se estabeleciam numa unidade fabril deste tipo, juntando-se aos componentes da situação e sendo actor além de observador.

Na observação não-participante o investigador acompanha à distância sem ser visto ou sem influir no facto em causa. Outro exemplo que podemos avançar prende-se com um investigador das ciências sociais, português, que realiza frequentemente o exercício de entrar num autocarro e ouvir as conversas dos ocupantes, mas sem interferir nas mesmas.

Este tipo de técnica possui necessariamente vantagens e desvantagens. Relativamente às vantagens, podemos avançar o facto da observação possibilitar chegar mais perto dos sujeitos e permitir descobrir outros aspectos de uma problemática. Como principal desvantagem sugerimos a subjectividade que pode ocorrer na interpretação que o investigador faz da situação ou facto que está a investigar, necessitando de complementar a análise com outro tipo de técnica.

3.3 — Inquéritos

Consistem em suscitar um conjunto de discursos individuais, em interpretá-los e generalizá-los. Sendo assim, inquirir é interrogar um determinado número de indivíduos tendo em vista uma generalização. O recurso ao inquérito acontece quando precisamos de obter uma considerável variedade de informação sobre um indivíduo, que não é possível através da simples observação e quando necessitamos de recolher opiniões, comportamentos, preferências, *et cetera*.

Podemos considerar dois tipos de inquéritos:

-o inquérito por questionário, que não implica a mediação de outra pessoa no acto da resposta e que pode ser auto-administrado ou de auto-preenchimento (pode ser entregue directamente ao inquirido ou enviado por correio ou por e-mail e deve ser preenchido pelo próprio). A principal desvantagem dos inquéritos por questionário por via postal é a sua baixa taxa de respostas. Quando é enviada uma única carta que não incorpora incentivos, provavelmente não será de esperar uma taxa de respostas superior a 20%. Mesmo com o máximo de incentivos para a população responder ao questionário e nas melhores condições, a taxa de respostas é, geralmente, inferior à da sua realização por telefone ou na presença do inquiridor (Ghiglione e Matalon, 1992);

-o inquérito por entrevista, que é uma forma de recolha de dados que consiste numa conversa face a face, entrevistador-entrevistado, para obter informações de factos ou opiniões sobre um determinado assunto. Implica a comunicação verbal entre duas pessoas que se defrontam com um objectivo predeterminado.

Classicamente distinguimos três tipos de entrevistas de acordo com o grau de estruturação da mesma:

-não directivas (ou livres), nas quais o entrevistador propõe um tema e apenas intervém para insistir ou encorajar deixando as pessoas exprimirem-se de forma livre;

-semi-directivas (também designadas por semi-estruturadas ou semi-dirigidas), onde o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério;

-directivas ou standardizadas, estando este tipo de entrevista muito próxima do inquérito por questionário com questões abertas. O inquiridor estabelece a ordem das questões e o número total de questões a realizar, fazendo, deste modo, as mesmas questões e pela mesma ordem a todos os inquiridos.

Não obstante, esta terminologia não é universalmente aceite, pois grande parte dos Sociólogos usam a designação de “inquérito por questionário” e “entrevista”, ao distinguirem estas duas técnicas.

3.4 — A experimentação

Na experimentação, o investigador pode criar e controlar a situação (Ghiglione e Matalon, 1992: 2). Não tem muito interesse para a Geografia Humana e possui algum interesse para a Geografia Física.

4 — Alguns aspectos ligados ao questionário

O questionário é um conjunto de questões, perguntas, problemas colocados a um destinatário. A entrega pode ser directa, por via postal ou por internet.

Quando redigimos questões estas podem ser consideradas quanto à forma:

-questões abertas, às quais a pessoa responde como quer, utilizando o seu próprio vocabulário, fornecendo os pormenores e fazendo os comentários que considera pertinentes. As questões fechadas são pouco cómodas do ponto de vista da análise dos resultados, pois obrigam o investigador a ler com muita atenção as respostas dadas e a construir *a posteriori* categorias de respostas;

-questões fechadas, onde se apresenta à pessoa, depois de ter sido colocada a questão, uma lista preestabelecida de respostas possíveis de entre as quais lhe pedimos para indicar a que melhor corresponde à resposta que deseja dar ou lhe pedimos para indicar várias respostas (sendo livre o número de respostas possíveis) ou lhe pedimos para ordenar as respostas, da menos à mais adequada. Este tipo de questões pressupõem um trabalho mais moroso aquando da estruturação do questionário, mas facilitam bastante o trabalho do investigador na fase posterior à da aplicação do mesmo.

Existe outro tipo de questões, mas a maior parte dos questionários contém estes dois tipos de questões.

Exemplo de questão fechada:

1-Que estudos tem?

1.1-Não sabe ler nem escrever

1.2-Sabe ler e escrever sem ter frequentado o sistema de ensino

1.3-Primeiro Ciclo do Ensino Básico (antiga quarta classe)

1.4-Segundo Ciclo do Ensino Básico (antigo Ensino Preparatório)

1.5-Terceiro Ciclo do Ensino Básico (9º ano ou antigo 5º ano do liceu)

1.6-Ensino Secundário

1.7-Curso Médio ou Superior

1.8-Outro

Qual? _____

Outro exemplo de questão fechada.

Vou agora mostrar-lhe um cartão e pedia-lhe que me indicasse qual a letra que mais se aproxima do rendimento total líquido mensal da sua família, incluindo salários, rendas, pensões, abonos, subsídios, etc.

Rendimento mensal familiar: _____ Euros.

Rendimento mensal familiar líquido

(Cartão dado à inquirida de complemento à Questão nº 25)

25.1- Menos de 250 Euros.

25.2- Entre 250 e 499 Euros.

25.3- Entre 500 e 749 Euros.

25.4- Entre 750 e 1000 Euros.

25.5- (...)

25.6- (...)

25.7- (...)

25.8- (...)

25.9- Mais de 3000 Euros.

Um outro exemplo é o seguinte.

Na sua opinião, o V.I.H./S.I.D.A. pode transmitir-se por:

(assinale as respostas que quiser)

- | | |
|--|--------------------------|
| 2.1-A saliva..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.2-As lágrimas..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.3-O beijo na boca..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.4-O leite materno..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.5-As secreções vaginais..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.6-O sangue..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.7-O beijo na face..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.8-O esperma..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.9-A partilha de seringas..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.10-A partilha de escovas de dentes..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.11-A partilha de objectos cortantes pessoais
(lâminas, tesouras, etc.)..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.12-O espirro, a tosse o bafejo..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.13-O aperto de mão..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.14-A urina..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.15-As picadas de mosquitos..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.16-As sanitas..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.17-Da mãe para o filho durante a gravidez.. | <input type="checkbox"/> |
| 2.18-A partilha de roupa..... | <input type="checkbox"/> |
| 2.19-A partilha de copos e talheres..... | <input type="checkbox"/> |
| 2-20-De outra(s) forma (s).
Qual(ais)? _____ | |

Um último exemplo pode ser o que se segue.

Com que frequência costuma utilizar as seguintes páginas e serviços do *site* dos Serviços de Documentação da Universidade na Internet?

	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente
Revistas electrónicas				
Bases de dados				
Pesquisa no catálogo				
Pesquisa na Internet				
Recursos seleccionados				
Publicações dos SDUM				

Nas questões fechadas de um questionário deve-se sempre prever duas rubricas suplementares: *Não sei*, *Não sabe* ou *Sem opinião* (nas questões de opinião) e *Outra situação. Qual?* ou *Outro. Qual?*

O questionário deve prever uma sintaxe simples, para que as mesmas sejam compreendidas pelas pessoas de diferentes estatutos socioeconómicos. Sendo assim, as questões que são colocadas devem ter um sentido idêntico para todos os elementos inquiridos independentemente da sua escolaridade.

Deve também ser concebido de tal forma que não haja necessidade de outras explicações para além daquelas que estão explicitamente previstas. As questões devem ser claras, sem qualquer ambiguidade, para que a pessoa saiba exactamente o que se espera dela.

No sentido de preparar o inquirido para a mudança de assunto, deve-se sempre anunciar, através de uma frase, que se vai mudar de assunto.

Exemplo: *Vou agora fazer-lhe algumas questões que pretendem saber qual é a sua opinião em relação às consultas e ao sistema de saúde em geral* (parte C de um questionário relacionado com a acessibilidade aos cuidados de saúde nos concelhos de Guimarães e de Cabeceiras de Basto).

A duração da aplicação do questionário é outro aspecto pertinente a ter em consideração. Um questionário auto-administrado não deve ultrapassar os 15-20

minutos de tempo de preenchimento por parte do inquirido. Se se fizer um inquérito na rua ou em lugares públicos, 5 minutos é o máximo de tempo que devemos demorar a inquirir cada pessoa. Se pretendemos realizar um inquérito por entrevista podemos, dependendo das circunstâncias de realização da mesma e da temática a abordar, atingir uma hora de conversação.

A parte inicial de um questionário ou de um guião de entrevista é outro dos elementos que deve ser considerado com algum cuidado. Os elementos que se seguem devem ser contemplados na introdução de um questionário (transmitidos por via oral ou escritos no cabeçalho do questionário):

- 1- organismo que realiza o inquérito (realização sob os auspícios de quem?);
- 2- porquê a realização deste estudo?;
- 3- porque vale a pena responder?;
- 4- garantir o anonimato.

Não podemos olvidar que quando realizamos uma inquirição não estamos interessados em conhecer características de cada indivíduo, mas sim da população da amostra que estamos a recolher, porque nos interessa chegar a uma generalização.

Deste modo, devemos garantir sempre o anonimato, à excepção dos casos em que temos necessidade de realizar um novo inquérito, um mês, dois, três ou mesmo um ano depois.

Exemplo:

O questionário que se segue tem como objectivo avaliar e caracterizar a acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde dos concelhos de Guimarães e de Cabeceiras de Basto.

A realização do inquérito está a cargo de uma equipa de professores da Universidade do Minho em colaboração com a Sub-Região de Saúde de Braga.

Os resultados obtidos poderão servir para melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde, daí a importância da sua colaboração. Todas as informações prestadas pelos inquiridos serão mantidas no anonimato.

Além de poder ser garantido o anonimato desta forma, podemos optar por mostrar ao inquirido que, na realidade, não nos interessa ter a sua identificação. Não nos interessa saber “quem está por detrás” das respostas que obtivemos. Desta forma,

podemos colocar no fim do cabeçalho “Por favor não escreva o seu nome em nenhuma das folhas deste questionário”.

Em qualquer inquérito a concretizar é obrigatória a realização de um pré-teste. Este corresponde ao ensaio do questionário em pequena escala ou a um teste às primeiras versões do questionário e deve ser realizado junto de pessoas que não pertencem ao universo do qual se vai retirar a amostra, mas que têm características similares às pessoas que vão fazer parte dela.

Tem por principais objectivos pôr à prova a extensão do questionário, a forma das questões e o seu posicionamento no mesmo. Deve ser realizado a 10% do total da nossa amostra e é necessário não esquecer que uma vez realizado o pré-teste e iniciada a aplicação definitiva do inquérito, entramos numa fase que é praticamente irreversível.

Após a realização do pré-teste aconselha-se que se tente responder às seguintes questões:

- Quanto tempo levou o inquirido a completar o questionário? Quanto tempo demorou a entrevista?
- O inquirido foi de opinião que alguma(s) questão(ões) era(m) pouco clara(s) ou ambígua(s)?
- O inquirido teve dificuldades em responder a alguma questão?
- Que comentários fez o inquirido?

As variáveis clássicas contempladas num questionário, correspondem à tríade sexo-idade-estatuto socioeconómico. Para os Geógrafos a variável territorial também é fundamental e básica.

Já equacionámos no presente texto alguns aspectos que nos permitem diminuir e combater o viés. Quando aplicamos um inquérito devemos ter consciência de que podemos contribuir para que os resultados sejam os mais verídicos possível. Deste modo, podemos acautelar e combater os enviesamentos através das seguintes atitudes:

- 1-elaborar minuciosamente o questionário, deixando para o fim questões do foro íntimo, pessoal e económico;
- 2-elaborar um questionário pouco extenso e com questões de sintaxe simples para não comprometer a taxa de respostas;

- 3-realizar o pré-teste;
- 4-a inquirição deve ser realizada, sempre que possível, por um único elemento, prevendo assim uma única postura do entrevistador;
- 5-garantir uma boa situação de inquérito, acautelando um ambiente calmo e disponibilidade de tempo por parte do inquirido;
- 6-garantir uma boa representatividade da amostra (mais do que o volume da amostra interessa garantir que o seu conteúdo esteja o mais próximo possível do universo);
- 7-garantir uma reduzida taxa de recusas de resposta ao inquérito.

Aconselhamos a leitura dos seguintes manuais quer para a feitura do questionário e do guião de entrevista:

- ALBARELLO, L., et al. (1995) — Pratiques et méthodes de recherche en sciences sociales, Armand Colin, Paris.
- ALBARELLO, L., et al. (1997) — Práticas e métodos de investigação em ciências sociais, Col. Trajectos, 39, Gradiva, Lisboa.
- AZEVEDO, C.A.M.; AZEVEDO, A.G. (2000) — Metodologia científica: contributos para a elaboração de trabalhos académicos, 5ª ed., Edições C. Azevedo, Porto.
- BELL, J. (2004) — Como realizar um projecto de investigação, Col. Trajectos, 38, 3ª ed., Gradiva, Lisboa.
- BOURQUE, L.B.; FIELDER, E.P. (1995) — How to conduct self-administered and mail surveys, The Survey Kit, vol. 3, Thousand Oaks, Sage Publications, California.
- FINK, A. (1995) — How to ask survey questions, The Survey Kit, vol. 2, Thousand Oaks, Sage Publications, California.
- FINK, A. (1995) — How to design surveys, The Survey Kit, vol. 5, Thousand Oaks, Sage Publications, California.
- FODDY, W. (1999) — Como perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários, Celta Editora, Oeiras.
- FREY, J.H.; OISHI, S.M. (1995) — How to conduct interviews by telephone and in person, The Survey Kit, vol. 4, Thousand Oaks, Sage Publications, California.
- HILL, M.M.; HILL, A. (2005) — Investigação por questionário, 2ª ed. revista e corrigida, Edições Sílabo, Lisboa.
- JAVEAU, C. (1992) — L'enquête par questionnaire: Manuel à l'usage du praticien. 4e ed., Editions de l'Université de Bruxelles, Bruxelles.

- LESSARD-HÉBERT, M., et al. (1994) — *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*, Col. Epistemologia e Sociedade, 21, Instituto Piaget, Lisboa.
- MOREIRA, J.M. (2004) — *Questionários: teoria e prática*, Livraria Almedina, Coimbra.
- MUCCHIELLI, R. (1975) — *Le questionnaire dans l'enquête psycho-sociale: connaissance du problème*, 5e ed., Librairies Techniques, Entreprise Moderne d'Édition et Les Éditions E.S.F., Paris.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. (2003) — *Manual de investigação em ciências sociais*, Col. Trajectos, 17, Gradiva, Lisboa.
- VICENTE, P., et al. (2001) — *Sondagens: a amostragem como factor decisivo da qualidade*, 2ª ed. revista e corrigida, Lisboa.

5 — Alguns aspectos ligados ao inquérito por entrevista

A entrevista é uma forma de interacção social privilegiada, pois permite uma verdadeira troca entre entrevistador e entrevistado e a expressão das experiências do entrevistado, bem como, as suas percepções e interpretações sobre uma qualquer situação.

Quando optamos por um inquérito por entrevista, sobretudo se esta for livre, após a sua realização, devemos proceder à transcrição de tudo o que foi gravado durante a mesma (depois de termos pedido autorização ao inquirido para o fazer) e fazer análise de conteúdo, sendo uma técnica que permite descrever e interpretar o conteúdo de um texto.

A abordagem qualitativa iniciou-se mais tardiamente, em Portugal, nas Ciências Sociais, e começa já a merecer a atenção de muitos Geógrafos. O inquérito por entrevista pressupõe uma amostra mais reduzida do que o inquérito por questionário, podendo utilizar o critério de saturação dos dados para determinarmos o número de participantes. A saturação ocorre quando os dados que estamos a recolher se tornam repetitivos e o investigador percepçiona uma tendência das respostas dos entrevistados.

Podemos considerar dois tipos de análise de conteúdo. Por um lado, temos a análise de conteúdo de tipo quantitativo, que é uma técnica de investigação que permite fazer uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo das entrevistas. E por outro lado, há a análise de conteúdo de tipo qualitativo, que é uma técnica de investigação que permite captar o conteúdo manifesto e latente de um texto,

com base na articulação entre os objectivos da pesquisa e a intuição e bom senso do investigador.

Apresentamos a seguir um exemplo relacionado com a caracterização da infertilidade no concelho de Guimarães, que correspondeu a um projecto de investigação desenvolvido por nós juntamente com a Prof^a. Doutora Helena Machado em 2004 e 2005 no Departamento de Geografia da Universidade do Minho e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (F.C.T.).

Os objectivos do projecto foram:

- diagnosticar a proporção de indivíduos com infertilidade em relação à população em geral;
- caracterizar os aspectos socioculturais, económicos e clínicos dos casais que constituem casos evidentes de infertilidade;
- aferir quais são os factores que influenciam a população com problemas de fertilidade a não procurar os serviços de saúde;
- informar os casais em situação de infertilidade e orientá-los para a rede de hospitais e instituições privadas existentes no Noroeste Português.

Após o envio de uma carta convidando o elemento feminino do casal a participar no projecto, foi marcado um encontro e realizado um inquérito por entrevista a 30 mulheres (o companheiro também podia estar presente e responder às questões se o entendessem) que estavam casadas há, pelo menos, cinco anos e que não tinham filhos.

A construção do guião de entrevista atendeu aos objectivos do projecto e contemplou as seguintes dimensões de análise:

- projectos de gravidez e de maternidade;
- história reprodutiva;
- especialidade médica procurada;
- local e tipo de ajuda médica obtida;
- tipo e nível de informação sobre consultas de infertilidade, frequência das mesmas;
- vivências e representações em torno das consultas e tratamentos médicos de infertilidade;
- tipo de diagnóstico clínico;
- percepção dos impactes da situação clínica na vida do casal;
- sentimentos face a processos de avaliação social e a ausência de filhos;

- opinião sobre o tipo de apoio a conceder a casais inférteis;
- avaliação da situação de entrevista.

Quadro 1-Grelha de análise utilizada com base nas entrevistas

Tema	Título
1	Projecto de maternidade
2	Adiamento do projecto de gravidez
3	Ausência de projecto de maternidade
4	Projecto de gravidez
5	Ocorrência de gravidez
6	Motivo de insucesso de gravidez
7	Especialidade médica procurada
8	Local das consultas
9	Tipo de ajuda médica prestada
10	Informação acerca de consultas de infertilidade
11	Local das consultas de infertilidade
12	Motivo de ausência de consulta de infertilidade
13	Sentimentos na primeira consulta de infertilidade
14	Percepção dos exames médicos
15	Motivo da ausência de exames médicos
16	Diagnóstico médico
17	Emissor do diagnóstico
18	Percepção dos impactes na vida do casal
19	Tipo de tratamento
20	Motivo de ausência de tratamento
21	Motivo de interrupção do tratamento
22	Local do tratamento
23	Sentimentos perante tratamentos médicos
24	Avaliação social
25	Avaliação da ausência de filhos
26	Apoio a casais inférteis
27	Avaliação da entrevista

Fonte: Entrevistas realizadas entre Julho e Setembro de 2005.

As entrevistas foram integralmente gravadas (com o consentimento dos entrevistados) e posteriormente transcritas, tendo sido sujeitas a uma análise de conteúdo de tipo temático. Procedemos inicialmente a uma análise de conteúdo de tipo exploratório, de modo a identificar as principais temáticas enunciadas e relatadas pelos entrevistados (Remoaldo; Machado, 2008). Seguidamente, elaborámos uma grelha de análise, assente em 27 temas, que permitiu registar de modo exaustivo e sistemático as vivências e representações formuladas pelos casais (Quadro 1).

Utilizámos alguns conceitos valiosos quando realizamos análise de conteúdo, tais como: tema, categoria, unidade de registo e unidade de contexto. O *tema* corresponde a uma identificação sucinta do tema de cada pergunta realizada durante a entrevista, enquanto a *categoria* corresponde a uma palavra-chave que identifica, de forma sucinta, o conteúdo da resposta. Por seu turno, *unidade de registo* tem a ver com frases ou expressões referidos pelo entrevistado, que podem comprovar a categoria. O segmento da entrevista, a que corresponde uma expressão mais longa, e que dá sentido à *unidade de registo* designa-se por *unidade de contexto*.

Seguidamente apresentamos as categorias criadas em cada tema (exemplo até ao Tema 5) mostrando que cada um apresenta uma ou várias categorias:

Tema 1: Projecto de maternidade

Categoria 1: sonho

Categoria 2: Desejo

Categoria 3: consequência do casamento

Categoria 4: combater a solidão

Categoria 5: gostar de crianças

Categoria 6: Proposta marido

Categoria 7: idade avançada

Categoria 8: realização como mulher

Categoria 9: seguimento da vida

Tema 2: Adiamento do projecto de gravidez

Categoria 1: melhorar a vida financeiramente

Tema 3: Ausência de projecto de maternidade

Categoria 1: ausência de instinto materno

Tema 4: Projecto de gravidez

Categoria 1: duração

Categoria 2: ausência de consulta médica

Categoria 3: consulta médica

Tema 5: Ocorrência de gravidez

Categoria 1: não

Categoria 2: sim

A partir do extracto de texto que apresentamos a seguir podemos comprovar que, com base na pergunta *Pensam que as pessoas em geral devem aceitar a ausência de filhos?*, obtemos como “unidade de registo”: *Não. Não. Não. Não. Não...* e como “unidade de contexto” o resto do texto.

Não. Não. Não. Não. Não (...). A gente vai lutar até ao fim. Mesmo adoptando uma criança, a gente continua a lutar na mesma. Essa questão é uma questão que não está fora de hipótese. É sempre viável (...) só quando o médico nos disser que acabou, que não vale a pena insistir mais (...) porque de resto lutamos sempre (entrevista 6, mulher de 38 anos, 6.º ano de escolaridade, costureira numa confecção).

Às vezes, temos que cortar parte do extracto de texto, porque este é muito extenso. Nesta situação devemos utilizar (...). Também se torna necessário caracterizar o(a) inquirido(a) no fim de cada narrativa, de cada extracto de texto, assim como identificar a numeração da entrevista. Exemplo: (entrevista 6, mulher de 38 anos, 6.º ano de escolaridade, costureira numa confecção).

Importa referir que cada “unidade de registo” só pode ser utilizada numa categoria e que a mesma categoria pode ser contemplada em temas diferentes.

Neste projecto da F.C.T., optou-se por fazer uma análise sobretudo de tipo qualitativo, ainda que tenha sido realizada também uma análise de tipo quantitativo para algumas das variáveis (e.g., grupo etário, residência, escolaridade, profissão, tipo de especialidade procurada, locais de consulta/de tratamento, duração das tentativas de gravidez, duração dos tratamentos, tipo de tratamento – REMOALDO; MACHADO, 2008).

A entrevista possui várias vantagens comparativamente com outras técnicas, salientando as seguintes:

- possibilita uma flexibilidade em termos de tempo da sua duração;
- o investigador pode alterar a ordem das questões e orientar a mesma de acordo com a situação;
- é uma técnica que pode ser usada com todo o tipo de pessoas e que se revela determinante numa população que não sabe ler nem escrever;
- permite, caso surjam dúvidas por parte do entrevistado, a reformulação das questões que não são entendidas.

Mas também podem ser apontadas desvantagens a este tipo de técnica. As mais evidentes são:

- a necessidade de se dispor de mais tempo para a realização de entrevistas;
- a necessidade de mais tempo, do que o inquirido por questionário, para se proceder à sistematização da informação recolhida;
- a necessidade de uma maior preparação do entrevistador;
- a maior dificuldade em analisar os dados e em os sistematizar.

6 — Como inquirir determinadas variáveis

Só com muita experiência conseguimos encontrar a fórmula certa para a formulação das variáveis que fazem parte, na maior parte das vezes, dos nossos instrumentos de inquirição. A idade, o nível de instrução, a proveniência geográfica, o rendimento e a religião são algumas delas.

No caso da variável “nível de instrução” a melhor forma de questionarmos é colocando a seguinte questão, para que todos os inquiridos a entendam da mesma forma:

- Que estudos tem? (rever item 4 deste texto).

Quanto à variável “rendimento” podemos equacioná-la como aparece no item 4 do presente texto.

A variável que permite a identificação geográfica do inquirido nunca deve ser formulada do seguinte modo, pois grande parte dos inquiridos não tem capacidade para responder com veracidade a este tipo de questões:

Reside:

- Numa cidade.
- Numa vila.
- Numa aldeia.
- Num local isolado.

Aconselha-se a insistir noutra forma de inquirição, como a que se segue.

Onde reside actualmente?

Concelho: _____.

Freguesia: _____.

Há quanto tempo aí reside? _____.

Onde viveu a maior parte da sua vida?

Concelho: _____.

Freguesia: _____.

O inquiridor após a conclusão da inquirição procederá à categorização morfofuncional dos espaços onde residem os inquiridos usando a tipologia apresentada pelo I.N.E. e pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (D.G.O.T.D.U.) publicada em 1999 e que contempla 3 categorias:

1-Áreas Predominantemente Urbanas (A.P.U.);

2-Áreas Mediamente Urbanas (A.M.U.);

3-Áreas Predominantemente Rurais (A.P.R.).

Na variável “naturalidade” deve ter-se presente que quando é questionada da seguinte forma pode levar-nos a retirar ilações erradas, pois interessa-nos saber onde residia a mãe do inquirido à data do seu nascimento e não o local onde ocorreu o seu nascimento que, muitas das vezes, coincide com a freguesia da localização da maternidade onde ocorreu o parto:

Qual é a sua naturalidade?

Distrito: _____

Concelho: _____

Freguesia: _____

Atendendo às mutações ocorridas no Código Civil desde inícios dos anos oitenta do século XX, pode acontecer que o inquirido seja natural de uma freguesia e concelho que apenas corresponde ao do momento do seu nascimento e nunca aí ter efectivamente residido.

A “idade” é outra variável que envolve alguma cautela e, quando necessário, deve ser colocada no fim da inquirição. Podemos usar classes de idades, pedindo ao inquirido para assinalar a classe com a qual se identifica (no caso de um inquérito por questionário) ou pedir a data de nascimento, pois desta forma é mais difícil fornecerem-nos a idade de forma incorrecta.

Por último, no que concerne à variável “religião”, além de questionarmos sobre a religião que professa, devemos completar com a frequência de assistência a serviços religiosos, tal como já é realizado nos inquéritos da competência do Instituto Nacional de Estatística.

Qual é a sua religião?

Não tenho religião.

Sou católico praticante.

Sou católico não praticante.

(...)

Com que frequência assiste a serviços religiosos?

Uma ou mais vezes por semana.

Uma a três vezes por mês.

Em ocasiões especiais.

Nunca.

Considerações finais

Neste documento equacionámos apenas algumas das mais importantes características de algumas das mais representativas técnicas de investigação utilizadas actualmente em Geografia.

Só com bastante experiência podemos comprovar a necessidade das características decifradas neste texto e podemos garantir que estamos a contribuir para a minimização dos enviesamentos.

Normalmente, os alunos que realizam uma investigação apressam-se na iniciação do trabalho de campo, descurando o trabalho de construção do questionário ou do guião de entrevista, que envolve algum tempo de reflexão e de teste. No entanto, se queremos ser honestos em termos científicos e ficar satisfeitos com os resultados alcançados temos que, necessariamente, despende bastante tempo nesta arquitectura preliminar.

Bibliografia

- GHIGLIONE, R.; MATALON, B. (1992) — *O Inquérito: Teoria e Prática*, Celta Editora, Oeiras.
- HILL, M.M.; HILL, A. (2005) — *Investigação por questionário*, 2ª ed. revista e corrigida, Edições Sílabo, Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA; DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1999) — *Indicadores Urbanos do Continente*, Série de estudos nº 80, Lisboa.
- REMOALDO, P.C. (2007) — *Normas para a redacção de trabalhos práticos em Geografia Humana*, Série Educação nº 12, Geo-Working Papers, N.I.G.P., Universidade do Minho, Guimarães, 29 p..
- REMOALDO, P.C.; MACHADO, H.C., 2008 — *O sofrimento oculto – causas, cenários e vivências da infertilidade*, Edições Afrontamento, Porto (no prelo).

“GEO-WORKING PAPERS” – NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os “GEO-Working papers” encontram-se abertos à colaboração científica no domínio da Geografia e disciplinas afins.
2. Os “GEO-Working papers” são constituídos por duas séries: Série Investigação e Série Educação.
3. Os “GEO-Working papers” publicam artigos em português, francês, inglês e espanhol.
4. As opiniões e conceitos emitidos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.
5. Os originais submetidos serão apreciados pela comissão editorial, que pode recorrer a especialistas das áreas científicas a que os textos se referem, reservando o direito de aceitação dos mesmos.
6. É aos autores que cabe obter autorização para reproduzir material sujeito a direitos de autor.
7. Os “GEO-Working papers” são publicados em papel, estando, simultaneamente, disponíveis on-line.
8. Os artigos devem apresentar uma dimensão entre 10 e 25 páginas A4, incluindo a bibliografia e as figuras e quadros.
9. Normas para a apresentação de originais:
 - 9.1. Os originais submetidos a apreciação, deverão ser enviados unicamente em formato digital, com a seguinte formatação: letra Arial, a 1,5 espaços, corpo 11 e com margens de 2,5 centímetros. Deverá constar juntamente um resumo que contenha o essencial do artigo (cerca de 700 caracteres para o resumo na língua do artigo e 2000 caracteres para o resumo noutra língua - português, inglês ou francês), além de palavras-chave nas duas línguas.

9.2. Os originais devem conter, em nota de rodapé na 1ª página, o endereço profissional do(s) autor(es), o cargo e instituição a que pertence(m), número de telefone, fax e e-mail.

10. Normas para a bibliografia:

10.1. Na bibliografia devem estar presentes todas as referências citadas no texto e somente estas. As referências bibliográficas deverão ser elaboradas em função dos modelos seguintes:

BURROUGS, B. (1999) – Development and urban growth, in D. Peters (ed.), *Unequal partners*, AAST Press, London.

ROGERS, A.; TAYLOR, N.; GOLDSMITH, G. (1998) – *The politics of rural environments*, Hutchinson, London.

SARAIVA, A.; PIRES, J.; MOREIRA, V. (2002) – Recomendações para a protecção e estabilização dos cursos de água, *Revista da Faculdade de Ciências*, 21(2), Lisboa: 187-222.

10.2. O apelido dos autores citados no texto deverá ser escrito em maiúsculas, sem sublinhado, seguido do ano de publicação. Quando forem citados em bibliografia dois ou mais autores com o mesmo apelido, dever-se-ão incluir as iniciais do primeiro nome. Se existirem mais de dois autores, citar-se-á só o primeiro seguido de *et al.*

11. Os autores dos artigos receberão 5 cópias do “GEO-Working papers”.

Envio de correspondência para:

GEO-Working papers

Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento

Instituto de Ciências Sociais

Universidade do Minho

Campus de Azurém

4800-058 Guimarães

tel. 351-253-510560

fax 351-253-510569

e-mail: geowp@geografia.uminho.pt ou vieira@geografia.uminho.pt